
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A ("Companhia" ou "MSG"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

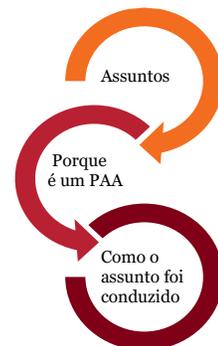
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica

Conforme divulgado nas Notas 3.12 e 8 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém registrado na rubrica "Ativos de concessão" o montante de R\$ 2.565.457 mil, o que representa 96% do ativo total da Companhia.

O ativo de concessão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração do ativo de contrato de concessão requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Além disso, a mensuração do progresso, em relação ao cumprimento da obrigação de *performance* satisfeta ao longo do tempo, requer o uso de premissas e julgamentos significativos para estimar os custos necessários para o cumprimento da obrigação de *performance*, tais como materiais, mão de obra e margens de lucro esperadas.

Adicionalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da administração.

Devido à relevância dos valores, ao grau de julgamento aplicado na determinação das premissas utilizadas na mensuração do progresso da construção com base no critério de custo incorrido e ao impacto que suas eventuais alterações poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de *performance* e entendimento das condições pactuadas, entre elas o preço definido e a existência de margem nos contratos.

Avaliamos, também, a razoabilidade da determinação da administração sobre o progresso físico estimado das obras, bem como da estimativa dos custos a serem incorridos até as suas conclusões, comparando-os com aqueles efetivamente medidos e incorridos.

Testamos a consistência das informações e premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa projetados mediante comparação com o orçamento aprovado pela governança e informações e dados públicos, quando aplicável.

Efetuamos a leitura das divulgações elaboradas pela Companhia nas suas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as premissas e julgamentos significativos utilizados pela administração na mensuração do ativo de contrato e as respectivas divulgações são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.



Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

Senhores Acionistas,

A Administração da **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (MSG)**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

Durante o exercício de 2019 a MSG deu continuidade aos investimentos para implantação das instalações de Transmissão do Lote “A” do Leilão nº 007/2013-ANEEL, realizado em 14 de novembro de 2013, atingindo, em 31.12.2019, o Avanço Geral do Empreendimento de 99%.

Foi um ano de muitos desafios, com sucessivos eventos de vandalismos, concretizados em derrubadas de torres e furtos de cabos de alumínio em linhas de transmissão já instaladas e comissionadas, o que vêm provocando o deslocamento do cronograma de energização do empreendimento. A Administração está envidando esforços para solucionar a questão junto aos órgãos competentes, além de intensificar a vigilância do Empreendimento.

O Empreendimento que totaliza 885 km de linhas de transmissão, já conta com a operação comercial da Subestação Santa Bárbara D’Oeste, auferindo assim, a partir de maio/2019, receita operacional na ordem de R\$ 7,4 milhões nesse ano, com previsão de energização das demais instalações até Maio/2020, quando alcançará a Receita Anual Prevista de R\$ 243,5 milhões (base julho/2019).

Os Investimentos realizados na aquisição de máquinas, equipamentos, materiais, gastos ambientais, fundiários e na construção das instalações de Transmissão no ano de 2019, atingiram o montante de R\$ 361 milhões, que somados aos investimentos efetuados anteriormente, totalizam o valor acumulado de R\$ 2.337 milhões, representando 85% dos Investimentos previstos para a conclusão do Empreendimento, considerando os custos financeiros.

Considerando os financiamentos de longo prazo contratados via BNDES de R\$ 1.018,5 milhões, emissão de debêntures de R\$ 210 milhões e os recursos de capital próprio dos acionistas já integralizados de R\$ 1.253,1 milhões, as fontes de recursos para a implantação do Empreendimento atingiram R\$ 2.481,6 milhões, equalizando a maior parte das necessidades para sua conclusão. O Plano de Negócios aprovado pelas Acionistas prevê ainda aportes na ordem de R\$ 78,8 milhões, em 2020. As demais necessidades serão suportadas pela geração líquida do caixa.

A MSG segue com o firme propósito assumido no Contrato de Concessão nº 01/2014, de 14.05.2014, em contribuir para o escoamento de energia vinda das Usinas Santo Antonio, Jirau, Teles Pires e Belo Monte para os Estados de São Paulo e Paraná, contribuindo assim com o desenvolvimento do Brasil.

A Administração agradece a confiança de seus acionistas, a participação efetiva de fornecedores, financiadores e órgãos governamentais na implantação das instalações de transmissão detidas pela Companhia, destacando o empenho de seus colaboradores e do corpo técnico das empresas acionistas pelo trabalho desempenhado ao longo de 2019, que foi fundamental para o atingimento dos objetivos da Companhia.

1. Perfil da empresa

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (MSG) é uma Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica que atua no setor de transmissão, cujas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Constituída, em 11.12.2013 como Sociedade Anônima de Capital Fechado, tem sede na Rua Voluntários da Pátria 113, Pavimento 6, Bairro de Botafogo, Rio de Janeiro-RJ.

A sociedade é formada pela COPEL Geração e Transmissão S.A., com sede em Curitiba, estado do Paraná, na Rua José Izidoro Biazetto, nº158, bloco A, CNPJ/MF nº 04.370.282/0001-70, detentora de 50,1% das ações ordinárias, e por Furnas Centrais Elétricas S.A., com sede no município e estado do Rio de Janeiro, na Rua Real Grandeza, nº 219, CNPJ/MF nº 23. 274.194/0001-19, detentora de 49,9% das ações ordinárias da transmissora.

Responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de Transmissão integradas à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, pelo período de 30 (trinta) anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, cujas instalações são:

- ✓ LT 500 kV Itatiba - Bateias, 414 km;
- ✓ LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba, 222 km;
- ✓ LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias, 249 km;
- ✓ SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático (-300,+300) MVAR;
- ✓ SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (-300,+300) MVAR;
- ✓ SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) x 400 MVA;
- ✓ Seccionamento da LT 500 kV Campinas-Cachoeira Paulista (FURNAS), na SE Fernão Dias;
- ✓ Seccionamento da LT 440 kV Bom Jardim-Taubaté (CTEEP), na SE Fernão Dias.

2. Governança

A Sociedade é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva e seu Conselho Fiscal encontra-se instalado permanentemente.

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Administração da MSG prevê o quantitativo de 6 (seis) Diretorias, 7 (sete) membros do Conselho de Administração e 3 (três) membros do Conselho Fiscal.

Em 31.12.2019, contava com 03 (três) Diretores que acumulavam as diretorias vagas, 06 (seis) membros do Conselho de Administração e 03 (três) membros de Conselho Fiscal, sendo eles:

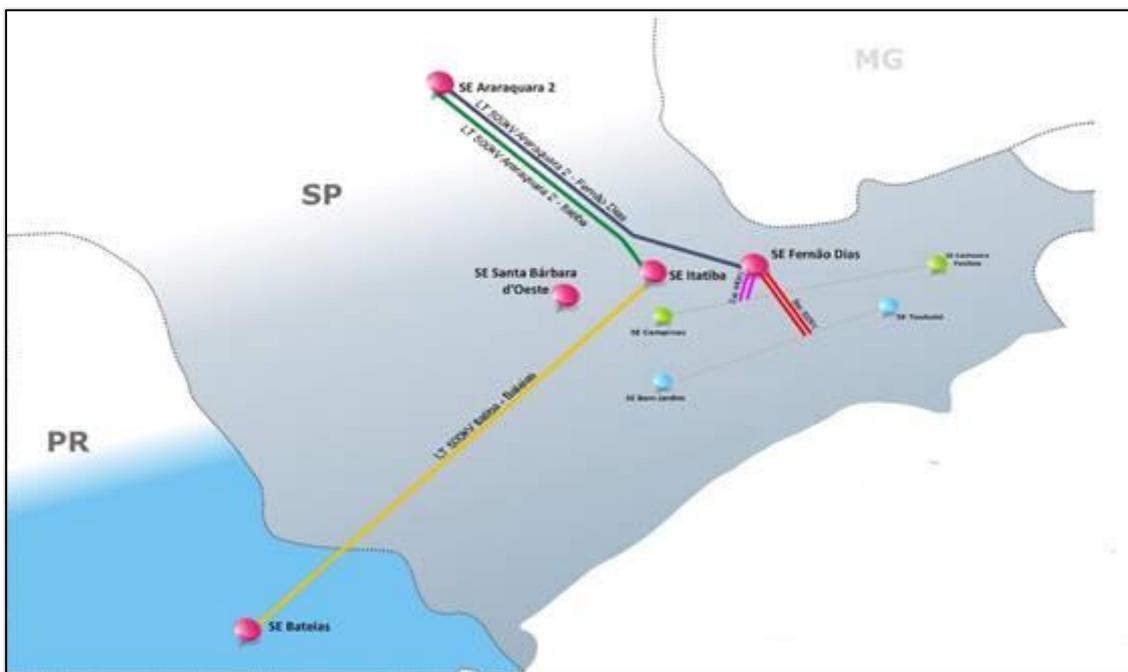
Conselho de Administração	Indicação	Conselho Fiscal	Indicação
Antonio Pereira dos Santos Filho	COPEL	Arion Rolim Pereira	COPEL
Carlos Eduardo Moscalewsky	COPEL	Claúdio Rocha Bueno	Furnas
Flávia Menegotto Battisti	COPEL	Fábio Ribeiro Pizzo	Furnas
Ilton Barboza Telles	Furnas		
João Luiz Fontes de Almeida	Furnas		
Pedro Eduardo Fernandes Brito	Furnas		

Diretoria da Presidência	José Jurhosa Júnior
Diretoria de Administração e Compliance	José Jurhosa Júnior
Diretoria de Meio Ambiente e Fundiário	José Jurhosa Júnior
Diretoria Técnica	Joerlei Carvalho Alves
Diretoria Financeira	Eduardo Henrique Garcia
Diretoria de Contratos	Eduardo Henrique Garcia

3. O Empreendimento

Compreendido nos Estados de São Paulo e do Paraná, possui as seguintes instalações:

- ✓ LT 500 kV Itatiba - Bateias, 414 km;
- ✓ LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba, 222 km;
- ✓ LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias, 249 km;
- ✓ SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático ((± 300) MVAR;
- ✓ SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (± 300) MVAR;
- ✓ SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) x 400 MVA;
- ✓ Seccionamento da LT 500 kV Campinas-Cachoeira Paulista na SE Fernão Dias;
- ✓ Seccionamento da LT 440 kV Bom Jardim-Taubaté na SE Fernão Dias.



O Contrato de Concessão prevê a divisão da Receita Anual Permitida – RAP em 06 (seis) parcelas, de forma que, a medida da energização de cada instalação, possa-se auferir receitas proporcionais, conforme quadro abaixo:

ITEM	% da RAP	DESCRIÇÃO	PREVISÃO DE ENERGIZAÇÃO
RAP 1	5,16%	Compensador Estático de Reativos - SE Santa Bárbara d'Oeste \pm 300 MVAR;	Abril/2019
RAP 2	4,75%	Compensador Estático de Reativos SE Itatiba \pm 300 MVAR;	Fev/2020
RAP 3	18,61%	LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba, 222 km;	Março/2020
RAP 4	33,21%	LT 500 kV Itatiba – Bateias, 414 km;	Fev/2020
RAP 5	31,15%	LT 500 kV Araraquara 2 – Fernão Dias, 249 km e SE Fernão Dias 500/440kV, 1.200 MVA (1º Banco de Autotransformador + Reserva);	Mai/2020
RAP 6	7,12%	SE Fernão Dias 500/440 kV, 2.400 MVA (2º e 3º Bancos de Autotransformadores)	Mai/2020

Quanto à Gestão Fundiária do Empreendimento, há que se destacar que não existe qualquer impeditivo para a implantação e o quadro abaixo resume a situação de liberação das áreas das faixas de servidão:

EMPREENHIMENTO	TOTAL DE ÁREAS	LIBERADO	LIBERADO JUDICIAL	TOTAL LIBERADO
LT ARARAQUARA II - FERNAO DIAS	423	273 65%	150 35%	423 100%
LT ARARAQUARA II - ITATIBA	331	217 66%	114 34%	331 100%
LT ITATIBA - BATEIAS	964	644 67%	320 33%	964 100%
SECCIONAMENTO 440	5	4 80%	1 20%	5 100%
SECCIONAMENTO 500	7	1 14%	6 86%	7 100%
TOTAL	1730	1139 66%	591 34%	1730 100%

E quanto às questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental, segue histórico e posicionamento atualizado:

- ✓ A Licença de Instalação (LI) 1096/2015 foi emitida em 18 de dezembro de 2015, tendo a sua 1ª retificação em 05 de maio de 2016 e a 2ª retificação em 20 de outubro de 2016. O prazo de validade da LI era até 18 de dezembro de 2018 e, em 14 de agosto de 2018, foi protocolada solicitação de renovação da LI no IBAMA, sendo que a atual permanece válida até a manifestação do órgão licenciador.
- ✓ Estão em andamento a implantação dos 20 Programas Ambientais previstos no Plano Básico Ambiental do empreendimento, tendo sido protocolados no IBAMA seis Relatórios Semestrais com a apresentação dos resultados alcançados.

- ✓ Em fevereiro de 2018 foi protocolada no IBAMA a solicitação da Licença de Operação para ampliação da Subestação Santa Bárbara do Oeste 440 kV, cuja a sua emissão ocorreu em 28 de março de 2018, LO nº 1436/2018 com validade de 10 anos após a data de emissão.
- ✓ Em 04 de junho de 2019 foi emitida com validade de 10 anos, a Licença de Operação - LO nº 1519/2019 referente ao Compensador Estático de Reativos – CER da (SE) Itatiba e Seccionamento da LT 500 kV Campinas – Cachoeira Paulista, interligado à SE Fernão Dias, que havia sido solicitada em abril de 2019.
- ✓ Ainda, em 11 de junho de 2019 foi protocolada no IBAMA a solicitação da Licença de Operação (LO) para energização das Linhas de Transmissão LT 500kV Itatiba-Bateias, LT 500kV Araraquara2-Fernão Dias, LT 500kV Araraquara2-Itatiba, da Subestação SE 500/440kV Fernão Dias e das ampliações nas Subestações SE Itatiba, SE Bateias e SE Araraquara2, ainda aguardando a manifestação do IBAMA.
- ✓ Após a vistoria de avaliação para emissão da licença de operação, ocorrida em Agosto de 2019, o IBAMA emitiu o PT 108, em setembro de 2019, apontando óbices para emissão da licença de operação. Desde então a MSG vem buscando apresentar evidências aos óbices apontados pelos técnicos do IBAMA para dar continuidade ao processo de análise do pedido de emissão da Licença de Operação do empreendimento.
- ✓ Complementarmente, em 29 de novembro de 2019, foi protocolada no IBAMA a solicitação de Licença de Operação (LO) para energização do Seccionamento da LT 440 kV Bom Jardim – Taubaté, interligado à Subestação Fernão Dias.
- ✓ Em 4 de dezembro de 2019 foi protocolada a carta resposta ao PT 108 e a MSG aguarda a análise do material encaminhado ao IBAMA e data de nova vistoria técnica a ser realizada para futura emissão da Licença de Operação.
- ✓ Em 2 de janeiro de 2020, a Fundação Florestal enviou carta ao IBAMA, encaminhando a Informação Técnica Conjunta PEI/DLS/ATLIC/DE nº 019/2019 que conclui pelo prosseguimento do processo de licenciamento ambiental.
- ✓ A Fundação Cultural Palmares, encaminhou ao IBAMA, em 20 de janeiro de 2020, através do Parecer nº 1/2020/COPAB/DPA/PR, anuência à liberação da Licença de Operação ao Sistema de Transmissão Mata de Santa Genebra.
- ✓ Em 05.03.2020, foram emitidas as Licenças de Operação Secc 440 kV - nº 1555/2020 e LT Geral e SE associadas – nº 1556/2020.

4. Práticas contábeis ao IFRS

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 2019 estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* – IFRS emitidas pelo *International Accounting Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas

pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

5. Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 a MSG informa que não possui outros contratos com seus Auditores Independentes, PwC – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que não estejam relacionados com a auditoria das Demonstrações Contábeis.

6. Encerramento e agradecimentos

A Administração da MSG, comprometida com a implantação deste empreendimento nos prazos previstos pelo Plano de Negócios, direciona seus esforços para contribuir com a melhoria do sistema elétrico brasileiro e agradece a seus acionistas, fornecedores, colaboradores e órgãos governamentais.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019.

José Jurhosa Júnior
Diretor-Presidente

Eduardo Henrique Garcia
Diretor Financeiro

José Jurhosa Júnior
Diretor de Meio Ambiente e Fundiário

Joerlei Carvalho Alves
Diretor Técnico

José Jurhosa Júnior
Diretor de Administração e *Compliance*

Eduardo Henrique Garcia
Diretor de Contratos

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2019.
 (Em milhares de reais exceto quando especificado)

Balanço patrimonial
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	Notas	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	637	19.568
Títulos e valores mobiliários	5	47.758	-
Cientes a receber	6	775	-
Impostos a recuperar	7	11.277	10.514
Ativos da concessão	8	228.738	171.754
Outros ativos circulantes		353	417
Total do ativo circulante		<u>289.538</u>	<u>202.253</u>
NÃO CIRCULANTE			
Ativos da concessão	8	2.336.719	2.009.085
Fundos Vinculados	9	33.114	-
Imobilizado		215	197
Intangível		75	75
Total do ativo não circulante		<u>2.370.123</u>	<u>2.009.357</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.659.661</u>	<u>2.211.610</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	13.858	84.839
Partes relacionadas	11	855	65
Salários e encargos sociais		494	652
Obrigações fiscais		910	5.002
Provisão para contrato oneroso	12	19.896	-
Empréstimos e Financiamentos	13	84.649	33.964
Debêntures	14	8.994	-
Outros passivo circulantes		155	84
Total do passivo circulante		<u>129.811</u>	<u>124.606</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	13	1.014.316	934.650
Provisão para contingências	16	493	-
Debêntures	14	193.772	-
Tributos diferidos	15	176.843	185.762
Total do passivo não circulante		<u>1.385.424</u>	<u>1.120.412</u>
PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Capital social	17	1.253.100	992.000
Prejuízos acumulados		(108.674)	(25.408)
Total do patrimônio líquido		<u>1.144.426</u>	<u>966.592</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		<u>2.659.661</u>	<u>2.211.610</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Demonstração dos resultados dos exercícios findos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	357.522	514.591
Custo de operação	19	(369.589)	(442.108)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(12.067)	72.483
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(5.406)	(5.359)
Materiais		(68)	(55)
Serviços de terceiros		(3.699)	(2.884)
Tributos		(169)	(391)
Arrendamentos e Aluguéis		(974)	(953)
Depreciação		(77)	(71)
Seguros		(158)	(136)
Provisão para contingências	16	(493)	-
Desmobilizações		(3.596)	(10.882)
Total		(14.640)	(20.731)
RESULTADO ANTES DAS RECETAS E DESPESAS		(26.707)	51.752
Receitas financeiras	20	2.423	4.877
Despesas financeiras	20	(101.609)	(64.384)
Resultado financeiro		(99.186)	(59.507)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(125.893)	(7.755)
Impostos de renda diferido	15	31.343	1.987
Contribuição social diferida	15	11.284	698
		42.627	2.685
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(83.266)	(5.070)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Demonstração dos resultados abrangentes dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do exercício	<u>(83.266)</u>	<u>(5.070)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(83.266)</u>	<u>(5.070)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Prejuízo acumulado	Total
	Capital Social	Legal	Dividendos	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	896.000	1.371	6.514	19.544	-	923.429
(Reapresentado)						
Integralização de capital	96.000	-	-	-	-	96.000
Efeito da adoção inicial do CPC 47	-	-	-	-	(47.767)	(47.767)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(5.070)	(5.070)
Compensação do prejuízo nas reservas de lucro	-	(1.371)	(6.514)	(19.544)	27.429	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	992.000	-	-	-	(25.408)	966.592
Integralização de capital	261.100	-	-	-	-	261.100
Resultado do exercício	-	-	-	-	(83.266)	(83.266)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.253.100	-	-	-	(108.674)	1.144.426

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019.
(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(125.893)	(7.755)
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa			
Rendimentos sobre ativo de concessão	8	(245.643)	(193.244)
(-) Revisão de premissas sobre o ativo de concessão	8	166.784	89.062
Depreciação		77	71
Amortização custo de captação das debêntures	14	1.150	-
Juros sobre debêntures	14	11.605	-
Provisão para contrato oneroso	12	19.896	-
Amortização custo de captação do empréstimo	13	1.368	1.189
Reversão custo de captação do empréstimo 2017	13	-	(13.232)
Provisão para contingência	16	493	-
Juros sobre empréstimos	13	87.235	75.606
		(82.928)	(48.303)
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais			
Impostos a recuperar		(763)	519
Partes relacionadas		-	65
Cientes a receber		(775)	-
Outros ativos circulantes		64	(126)
Fornecedores		(84.555)	(4.490)
Obrigações fiscais		(4.092)	55.044
Salários e encargos		(158)	182
Outros passivos circulantes		71	74
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais		(173.136)	2.965
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Fundos Vinculados	9	(33.114)	-
Títulos e valores mobiliários	5	(47.758)	-
Aquisição de ativos		(95)	(37)
Ativos de Concessão	8	(258.477)	(376.758)
Caixa (aplicado nas) gerados pelas atividades de investimento		(339.444)	(376.795)
Pagamento de juros	13	(43.812)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades de investimento		(383.256)	(376.795)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	17	261.100	96.000
Partes relacionadas		790	-
Custo de captação das debêntures	14	(19.989)	-
Captação de debêntures	14	210.000	-
Custo de captação do empréstimo	13	(2.053)	(3.846)
Amortização de empréstimos	13	(23.041)	-
Captação de empréstimos	13	110.654	205.000
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento		537.461	297.154
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(18.931)	(76.676)
Início do exercício		19.568	96.244
Final do exercício		637	19.568
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(18.931)	(76.676)
		-	-
Efeitos não caixa			
Mudança na política contábil			
Ativo Financeiro da concessão		-	(72.301)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo		-	15.734
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo		-	8.800
		-	(47.767)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

1. Informações gerais

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (“Companhia” ou “MSG”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com depósito inicial para formação do capital social em 10 de janeiro de 2014, estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, 113, Pavimento 06, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE e tem por objeto social a implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão n.º 07/2013-ANEEL - Lote A nos estados de São Paulo e Paraná.

A atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada em conjunto pelas empresas COPEL – Companhia Paranaense de Energia e Furnas Centrais Elétricas S/A.

Da Concessão

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. arrematou o Lote A do leilão n.º 07/2013 ANEEL realizado em novembro de 2013. O escopo desse leilão foi composto pelas seguintes instalações nos estados de São Paulo e Paraná: (a) LT 500kV Itatiba – Bateias, 399 km; (b) LT 500kV Araraquara 2 – Itatiba, 207 km; (c) LT 500kV Araraquara 2 – Fernão Dias, 241 km; (d) SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; (e) SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (-300,+300) Mvar; e (f) SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) X 400 MVA.

O Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão N.º 7/2013-ANEEL, foi publicado no Diário Oficial da União em 24 de março de 2013. O Contrato de Concessão n.º 01/2014 foi assinado em 14/05/2014 com a ANEEL, pelo prazo de 30 anos, prevê a entrada em operação comercial em 42 meses após a sua celebração, com exceção dos 2º e 3º bancos de autotransformadores da SE Fernão Dias, cujo prazo é de 48 meses.

Desde o enquadramento do Projeto da MSG junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em outubro de 2015, a SPE aguardou mais de 2 anos até receber o 1º desembolso referente a este Financiamento. Tal mora fez com que de meados do ano de 2017 até o 2º trimestre de 2018 as obras tivessem que ser praticamente paralisadas. Esta paralisação fez com que a SPE não conseguisse cumprir com as datas contratuais de energização.

Com a entrada em operação da Subestação Santa Bárbara do Oeste (SBO), a MSG recebeu seguintes parcelas da RAP (receita anual permitida):

Competência	SBO	
	Vencimentos	Valor em reais
mai/19	15/06 - 25/06 - 05/07	1.020.025,78
jun/19	15/07 - 25/07 - 05/08	899.123,00
jul/19	15/08 - 25/08 - 05/09	1.012.737,36
ago/19	15/09 - 25/09 - 05/10	1.096.808,55
set/19	15/10 - 25/10 - 05/11	926.421,19
out/19	15/11 - 25/11 - 05/12	931.382,26
nov/19	15/12 - 25/12 - 05/01	931.149,56
dez/19	15/01 - 25/01 - 05/02	573.512,45

Obs.: Os valores acima estão incluídos o PIS/PASEP e COFINS.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, junto às Autoridades Governamentais competentes.

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero.

Atrasos do empreendimento

Com a postergação das datas de entrada em operação comercial e conseqüentemente o atraso das parcelas que compõem a RAP do empreendimento, ressalta registrar a Nota nº 0463/2018 – SCT – ANEEL, apontada no termo de liberação parcial da Cantareira Transmissora de Energia S/A na qual a ANEEL propôs descontar da MSG a RAP que deixou de ser recebida pela Cantareira no período de 3 de março de 2018 até o encerramento da pendência impeditiva de terceiros, limitada a 10% da RAP da MSG, conforme Processo 48500.002550/2018, com o valor estimado de R\$ 220.000, no qual foi emitido o Despacho ANEEL 168/2019. A MSG protocolou pedido de reconsideração em função desta decisão, tendo a ANEEL publicado o Despacho 446/2019 suspendendo os efeitos do Despacho recorrido. Não foi registrada provisão referente a este processo, em virtude de sua probabilidade de perda ser “Remota”.

Sobre a postergação das datas do empreendimento, cabendo ressaltar ainda que a MSG interpôs Requerimento Administrativo com pedido de medida cautelar em 17 de agosto de 2018 perante à ANEEL com objetivo de reconhecimento de excludente de responsabilidade pelo atraso no cronograma face a ocorrência de fatos não imputáveis à MSG, a oponibilidade de quaisquer imputação de multa ou inadimplência, execução e garantias, penalidades em geral e restrição de direitos, conforme consta no Processo nº 48500.004578/2018. Neste sentido, a ANEEL proferiu Despacho 741/2019 negando o pedido de medida cautelar neste momento, já que não tramita na ANEEL nenhum procedimento que possa trazer prejuízo para a MSG.

Aderente a esta questão, a ANEEL em 02 de agosto de 2018 comunicou a MSG da expectativa de ocorrência de sinistro no valor de R\$ 78.000 de responsabilidade da J. Malucelli, tendo a ANEEL como segurado e MSG como tomadora constituindo a garantia de fiel cumprimento do Contrato de Concessão, tudo informado mediante Ofício 740/2018. Tal questão está sendo processada nos Autos 48500.006277/2018, com valor estimado de R\$ 150.000, no qual a MSG apresentou manifestação prévia requerendo a urgência da deliberação do mérito do Processo nº 48500.004578/2018 que trata da excludente de responsabilidade.

Em decorrência do estágio atual dos processos referidos acima e avaliação da Companhia, não foi registrada provisão referente a tais processos, que são considerados de perda possível, porém os atrasos afetaram as estimativas do ativo de contrato

Em 24 de setembro de 2019, foi aprovado pelos acionistas, COPEL – Companhia Paranaense de Energia e Furnas Centrais Elétricas S/A em sua 33ª AGE, a revisão 06 do plano de negócios da Companhia. Nesta revisão foram postergadas as previsões de entrada em operação e aumento nos custos para finalização das obras, o qual afetou negativamente o ativo de contrato, conforme descrito na nota 7.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os instrumentos financeiros que são mensurados ao valor justo.

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis, conforme detalhado na nota 3.12.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração revisa suas estimativas anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram autorizadas pela Diretoria da empresa em 25 de março de 2020.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais (R\$) foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.2 Receita Operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

3.3 Receita de Construção

Reconhecimento de receita de construção, conforme CPC 47 (Receita de Contrato com o Cliente), tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

3.4 Receita relacionada aos ativos de transmissão de energia elétrica

Diante das mudanças ocorridas referentes à nova norma de Receitas CPC 47 surgiu a necessidade de revisitar o tratamento adotado referente à receita advinda dos contratos de concessão referentes a transmissão de energia elétrica.

Um ativo de contrato é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se a Companhia desempenhar suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é condicional.

3.5 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a concessão em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e ativo financeiro da concessão.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são referentes à emissão de debêntures, empréstimos de longo prazo com o BNDES e demais contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.9 Tributação

A receita será recebida pela prestação de serviço de transmissão e estará sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

- ▶ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;
- ▶ Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.10 Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas, identificação do contrato, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço de transação e reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

3.11 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, 5% (cinco por cento) na constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. Em seguida, ainda do lucro líquido serão destacados, caso necessário, os valores destinados à formação de Reservas para Contingências e a de Lucros a Realizar, consoante o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei 6.404/76. Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício será distribuído aos acionistas dividendos não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento). Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Devido ao prejuízo acumulado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a companhia não registrou as destinações legais e distribuições de dividendos.

3.12 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

• Determinação da taxa de desconto do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio.

A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida da data de início de cada contrato de concessão. Quando o Poder concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Considerando as informações iniciais do leilão, com datas previstas para entrada em operação em novembro de 2017 e custos previstos R\$ 1.571.810 e RAP – Receita Anual Permitida de R\$ 174.447 a taxa de desconto implícita da Companhia ficou determinada em 8,36%.

Esta taxa reflete não só o custo de capital da Companhia, mas também toda a perda ocorrida com os atrasos e paralisações das obras ao longo do tempo. O conceito do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, representado pela taxa, visa indicar não só a performance financeira, mas também a performance operacional da Companhia ao longo do contrato de concessão.

Adicionalmente, o saldo contratual é atualizado mensalmente pelo IPCA. Segue análise da sensibilidade:

Índices - Ativo	Saldo	Exposição	Redução receita financeira - 12 meses			Aumento receita financeira - 12 meses	
			Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário	
			(-50%)	(-25%)		I	II
Ativo de concessão	2.565.457	IPCA 3,20%	41.047	61.6570	82.094	102.617	123.141

• Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos possuem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Com base nas premissas adotadas pela empresa, mediante estudo técnico do setor, a margem de construção determinada no ativo de concessão ficou fixada em 1,65%, porém, considerando os atrasos na entrada em operação a aumento dos custos em R\$ 479.917, a margem da companhia atualmente está negativa, gerando uma receita de construção menor que os custos da infraestrutura.

- **Contabilização de contratos de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação das receitas dos gastos de implementação, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

As premissas são atualizadas mediante julgamento da área técnica das datas previstas para entrada em operação e atualizações anuais do plano de negócios da Companhia.

- **Momento de reconhecimento do ativo de contrato**

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada e atualizada mensalmente conforme andamento das obras.

Impostos Diferidos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Outras provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2019 está provisionado o contrato oneroso (nota 11), a qual tem como premissas os custos previstos para finalização das obras, conforme plano de negócios, e receita de construção geradas sobre estes custos.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

3.13 Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - A TCCA – Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 61/2019 foi assinada pelo ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em 13 de janeiro de 2020, conforme Lei nº 9.985/00 e Decreto nº 6.848/09, no valor total de R\$ 6.394, a qual a primeira parcela que vence em junho de 2020 foi paga antecipadamente de 30 de janeiro de 2020.

3.14 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.15 Normas e interpretações novas e revisadas

Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2019, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) foi emitido em dezembro de 2017 e substituiu o CPC 06 (R1). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na CPC 06 (R1).

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. Em 2019, a Companhia avaliou o efeito potencial da CPC 06 (R2) nas suas demonstrações financeiras. A Companhia não identificou impacto decorrente da adoção de tal pronunciamento.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019).

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Quando ocorrer posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento e que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias, a Companhia pretende consultar assessores jurídicos externos a fim de avaliar se a posição adotada é a mais adequada. Atualmente a Administração da Companhia entende que não há incertezas e esta interpretação não gera efeitos nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e Bancos conta movimento	767	94
Aplicações financeiras – BB CP 10Milh (a)	-	5.675
Aplicações financeiras – CEF CDB	-	13.861
(-) Cheques a compensar	(130)	(62)
	<u>637</u>	<u>19.568</u>

(a) Os investimentos no Banco do Brasil são realizados através do Fundo RF CP 10 Milhões, caracterizado como baixo risco, taxa de administração de 0,2% a.a. e rentabilidade acumulada de janeiro a 23 de abril de 2019 foi de 1,87 % (equivalente a 96,20 % do CDI).

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações financeiras – BB CP Corp. 10Milh (a)	47.743	-
Aplicações financeira BBA CMA	15	-
	<u>47.758</u>	<u>-</u>

(a) Os investimentos no Banco do Brasil são realizados através do BB RF CP CORP 10 Milhões, caracterizado como baixo risco, taxa de administração de 0,2% a.a. e rentabilidade acumulada de 25 de abril a dezembro de 2019 foi de 3,74 % (equivalente a 96 % do CDI).

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2019.
 (Em milhares de reais exceto quando especificado)

6. Clientes a receber

	31/12/2019		
	Saldos vincendos	Saldos vencidos	Total
Encargos de uso da transmissão	744	31	775
	744	31	775

Montante referente ao faturamento do Compensador Estático de Santa Bárbara d'Oeste, que entrou em operação em maio/2019.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ a recuperar (a)	10.202	9.674
Impostos recolhidos indevidamente	985	840
Impostos retidos sobre faturamento	35	-
Créditos de Pis/Cofins	55	-
	11.277	10.514

(a) Com a entrada em operação das demais linhas de transmissão ao longo de 2020, a Companhia pretende utilizar os créditos para compensação dos impostos sobre faturamento.

8. Ativo de concessão

O modelo de ativo contratual estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47.

Os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão compostos abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante	228.738	171.754
Ativo de Concessão - Amortizável	228.738	171.754
Ativo não circulante	2.336.719	2.009.085
Ativo de Concessão - Amortizável	2.264.705	1.952.322
Ativo de Concessão - Indenizável	72.014	56.763

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

A movimentação está composta da seguinte forma:

	<u>Ativo de Concessão</u>
Saldos em 31/12/2017 (Reapresentado)	1.687.798
Mudança prática contábil em 01.01.2018 (a)	(72.301)
Saldos em 01/01/2018 Após mudança de prática	1.615.497
Adição	443.315
Atualização Financeira	211.119
Revisão de premissas (b)	(89.092)
Saldo em 31/12/2018	2.180.839
Adição	294.717
Atualização Financeira	265.148
Amortização	(8.463)
Revisão de premissas (b)	(166.784)
Saldo em 31/12/2019	2.565.457

- (a) Ajustes retroativos a 2017 conforme adoção do CPC 47 referente ao ativo de contrato, tendo como contrapartida o patrimônio líquido.
- (b) Com o plano de negócios 06, onde foram mensuradas novas datas de entrada em operação e maiores custos com a obra, o ativo de contrato sofreu alterações em seu cálculo desde o início do projeto, reduzindo o seu valor, visto que terá um período menor de recebimento de receita. Os valores afetados dos anos anteriores a 2019, devido às novas projeções de entrada em operação do PN06, ficaram registrados em revisão de premissas, para que não fiquem registrados com os resultados de 2019 e uma melhor visualização dos números seja apresentada.
- (c) O efeito caixa na movimentação do ativo de concessão, conforme DFC, é de R\$ 126.471, conforme demonstrado abaixo:

<u>384.618</u>	Movimento do período
(245.643)	Rendimento sobre o ativo de concessão
166.784	Revisão de premissas sobre rendimento ativo de concessão
(33.708)	Pis e Cofins diferidos
(13.574)	Fornecedores da obra em aberto
<u>(126.141)</u>	Total efeito não caixa
<u>258.477</u>	Efeito Caixa

9. Fundos Vinculados

Valores aplicados em fundos vinculados, que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do BNDES (Reserva da Dívida), em que é exigido pelo Banco financiador que sejam mantidas três parcelas do financiamento, a qual serão liberadas após amortização total do financiamento.

	<u>31/12/2019</u>
Aplicação CEF	33.114
	<u>33.114</u>

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

10. Fornecedores

O saldo de fornecedores está composto como se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Materiais	2.518	5.596
Serviços (a)	11.334	79.019
Outras despesas	6	224
Fornecedores a pagar	<u>13.858</u>	<u>84.839</u>

(a) Variação decorrente da redução de medições dentro do mês e pagamento de glosas do fornecedor Elecnor.

11. Partes relacionadas

A Companhia tem operações de contratos de prestação de serviços de Operação e Manutenção e de compartilhamento de custos com a acionista Copel Geração e Transmissão de Energia S.A. Os saldos a pagar em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 eram os seguintes:

		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a pagar	Operação		
Copel Geração e Transm. de Energia S. A	Serviços de O&M	855	65
		<u>855</u>	<u>65</u>

		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Transações	Operação		
Copel Geração e Transm. de Energia S. A	Engenharia do Proprietário	(2.285)	-
Copel Geração e Transm. de Energia S. A (a)	Serviços de O&M	(15.073)	(533)
Copel Geração e Transm. de Energia S. A	Comp. de Custos	(993)	(939)
		<u>(18.351)</u>	<u>(1.472)</u>

(a) Variação decorrente dos valores acumulados de O&M de todas as linhas de transmissão de 2018 cobrados somente em 2019.

Pessoal chave da administração.

O pessoal-chave da Administração é formado pela presidência, diretorias, conselho fiscal e administrativo, e sua remuneração até 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.900 (R\$ 2.172 em 31 de dezembro de 2018).

12. Provisão para contrato oneroso

Provisão constituída em junho de 2019 conforme a previsão de atrasos na obra e elevação dos custos da revisão 06 do plano de negócios da Companhia.

O montante foi calculado de acordo com a margem de construção negativa dos custos previstos entre janeiro de 2020 até a finalização total das obras, prevista para março de 2020.

	<u>31/12/2019</u>
Previsão de custos para finalização das obras	117.463
Receita de construção futura	(97.567)
Contrato Oneroso	<u>19.896</u>

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

13. Empréstimos e financiamentos

Em 30 de novembro de 2017, a Companhia assinou com o BNDES o contrato de financiamento de longo prazo, Nº 17.2.0371-1, de acordo com a DEC.DIR 581/2017, no valor total de R\$ 1.018 bilhão, pelo prazo de 16 anos, com o primeiro pagamento em julho de 2019 e último pagamento em junho de 2033, totalizando 168 parcelas mensais e consecutivas de pagamentos nas linhas FINEM e FINAME. Este financiamento está estruturado de acordo com as seguintes características adicionais:

Subcrédito A => R\$ 935,2 Milhões ao custo de TJLP + 2,28% a.a.

Subcrédito B => R\$ 83,3 Milhões ao custo de TJLP + 1,88% a.a.

Garantias => Penhor de ações, cessão de direitos creditórios emergentes da concessão, aval corporativo de COPEL Geração e Transmissão (50,1%) e Furnas Centrais Elétricas (49,9%), além de fiança bancária apresentada por Furnas.

A dinâmica dos desembolsos referentes a este financiamento pressupõe liberações à medida que a SPE comprove gastos junto ao BNDES. A primeira destas liberações ocorreu em 20 de dezembro de 2017, no valor bruto de R\$ 705.000, a segunda em 23 de março de 2018, no valor bruto de R\$ 105.000, a terceira em 26 de julho de 2018, no valor bruto de R\$ 100.000 e a quarta em 27 de maio de 2019, no valor bruto de R\$ 111.000.

Este financiamento se adequa às necessidades da Companhia no que tange não somente à continuidade das obras, que visam à implantação do empreendimento, como também à preservação dos seus índices econômico-financeiros refletidos em suas demonstrações financeiras.

A Companhia deverá manter o índice de cobertura do serviço da dívida equivalente a, no mínimo, 1,20 versus a sua geração de caixa a partir do exercício financeiro subsequente àquele em que forem liberadas as fianças. Em 31 de dezembro de 2019 as fianças bancárias ainda não foram liberadas, a qual ocorrerá quando todas as linhas de transmissão entrarem em operação.

Composição	31/12/2019	31/12/2018
BNDES Obras Cívicas – Principal	1.022.730	826.722
BNDES Máquinas e Equipamentos – Principal	92.362	83.278
BNDES Obras Cívicas – Encargos	3.226	69.996
BNDES Máquinas e Equipamentos – Encargos	277	7.563
BNDES - Custo de captação	<u>(19.630)</u>	<u>(18.945)</u>
	1.098.965	968.614
Circulante	84.649	33.964
Não circulante	1.014.316	934.650

A movimentação do empréstimo ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Saldo no início do exercício	<u>33.964</u>	-
Encargos	43.558	-
Amortização do custo de captação do empréstimo	1.368	1.189
Amortização principal	(23.041)	-
Amortização encargos	(43.812)	-
Transferências do não circulante - principal	73.140	32.500
Transferências do não circulante - encargos	987	2.770
Transferências para o não circulante - Custo de captação	<u>(1.515)</u>	<u>(2.495)</u>
Saldo no final do exercício	84.649	33.964

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

	31/12/2019	31/12/2018
Não circulante		
Saldo no início do exercício	<u>934.650</u>	<u>703.897</u>
Aportes	110.654	205.000
Transferências para o circulante - principal	(73.140)	(32.500)
Encargos	43.677	75.606
Transferências para o circulante - encargos	(987)	(2.770)
Custo de captação do empréstimo	(2.053)	(17.078)
Transferências do circulante - Custo de captação	<u>1.515</u>	<u>2.495</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.014.316</u>	<u>934.650</u>
Saldo final	1.098.965	968.614

A seguir demonstramos a amortização do saldo do financiamento registrado no não circulante:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
2021	81.145
2022	81.145
2023	81.145
Acima de 2023	<u>770.881</u>
	1.014.316

14. Debêntures

Em 22 de abril de 2019, a Companhia assinou o instrumento particular da 2ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 210.000, pelo prazo de 11 anos, com o primeiro pagamento em novembro de 2020 e último pagamento em novembro de 2030.

As debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), não conversíveis em ações. O Valor Nominal Unitário das debêntures, é atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde a data da primeira integralização até a data de seu efetivo pagamento.

A Companhia deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2 por 3 (três) anos seguidos ou 4 (quatro) anos intercalados, com base nas demonstrações financeiras e auditadas da Emissora, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020, independentemente da realização de depósitos da Conta Complementação do ICSD em cada um dos exercícios.

Composição	31/12/2019
Principal	214.211
Encargos	7.393
(-) Custo de captação	<u>(18.838)</u>
	<u>202.766</u>
Circulante	8.994
Não circulante	193.772

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

A movimentação das debêntures ocorreu da seguinte forma:

	<u>31/12/2019</u>
Não circulante	
Saldo no início do exercício	-
Transferências do não circulante - principal	10.710
Transferências do não circulante - encargos	10
Transferências para o não circulante - Custo de captação	<u>(1.726)</u>
Saldo no final do exercício	<u>8.994</u>
Saldo no início do exercício	-
Aportes	210.000
Encargos	11.605
Transferências do não circulante - principal	(10.710)
Transferências do não circulante - encargos	(10)
Transferências para o não circulante - Custo de captação	1.726
Amortização do custo de captação das debêntures	1.150
Custo de captação das debêntures	<u>(19.989)</u>
Saldo no final do exercício	<u>193.772</u>
Saldo Final	202.766

A seguir demonstramos a amortização do saldo das debêntures registrado no não circulante:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
2021 - 6%	11.626
2022 - 7,5%	14.533
2023 - 8,5%	16.471
Acima de 2023 - 78%	<u>151.142</u>
	193.772

15. Tributos diferidos**Imposto de renda e contribuição social**

Os impostos sobre a renda diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, às posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de renda diferido foi apurado sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais pela alíquota de 15%, considerando o adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no período de 12 meses, enquanto que a CSLL está constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais, reconhecidos pelo regime de competência.

PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e remuneração do ativo de concessão sob a alíquota de 9,25%.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Líquido Passivo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS (a)	-	-	231.896	198.188	231.896	198.188
IRPJ e CSLL (b)	267.847	153.550	212.794	141.124	(55.053)	(12.426)
Total	267.847	153.550	444.690	339.312	176.843	185.762

(a) Pis e CofinsPassivo Diferido

Descrição	Base (Remuneração do ativo de concessão e receita de construção)	PIS 1,65%	COFINS 7,6%	Total
Saldo em 31/12/2018		(2.142.574)	(35.353)	(198.188)
Adições		(373.575)	(6.164)	(34.555)
Amortização		9.160	151	847
Saldo em 31/12/2019		(2.506.989)	(41.366)	(231.896)

Os montantes serão amortizados ao longo da concessão conforme faturamento mensal das linhas de transmissão. Atualmente somente a SE Santa Barbara do Oeste está amortizando.

(b) Imposto de renda e Contribuição SocialAtivo Diferido

Descrição	Base (Prejuízo Fiscal/Base Negativa)	IR 25%	CSLL 9%	Total
Saldo em 31/12/2018	451.475	112.917	40.633	153.550
Adições	336.233	84.036	30.261	114.297
Saldo em 31/12/2019	787.708	196.953	70.894	267.847

Passivo Diferido

Descrição	Base (Remuneração do ativo financeiro/contrato)	IR 25%	CSLL 9%	Total
Saldo em 31/12/2018	(415.207)	(103.755)	(37.369)	(141.124)
Adições	(210.865)	(52.693)	(18.977)	(71.670)
Saldo em 31/12/2019	(626.072)	(156.448)	(56.346)	(212.794)

Saldo líquido em 31/12/2018	36.268	9.162	3.264	12.426
Saldo líquido em 31/12/2019	161.636	40.505	14.548	55.053
Impacto DRE		31.343	11.284	42.627

Conforme projeções de fluxos de caixa futuros elaborados pela companhia, de acordo com as previsões de entrada em operação e orçamento, a Companhia pretende utilizar crédito de impostos ativos até 2037.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Os montantes diferidos passivos, serão amortizados durante o período de concessão.

(c) Conciliação da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro/Prejuízo antes dos tributos	(125.892)	(7.755)
Reflexo mudança de prática IFRS 15	-	(72.301)
Adições – Provisões	519	-
Exclusões – Receita Financeira ativo de contrato	(210.865)	(154.418)
Lucro/Prejuízo fiscal	(336.238)	(234.475)
Base Impostos diferidos ativos – Prejuízo Fiscal	(336.238)	(234.475)
Base Impostos diferidos passivos – Receita Financeira	210.865	154.418
Imposto de renda e Contribuição Social (34%)	<u>(42.627)</u>	<u>(27.219)</u>
Total da despesa com IRPJ e CSLL	<u>(42.627)</u>	<u>(27.219)</u>
Corrente	-	-
Diferido	<u>(42.627)</u>	<u>(27.219)</u>
Total	<u>(42.627)</u>	<u>(27.219)</u>
Alíquota Nominal	34,00%	34,00%
Alíquota Efetiva	33,85%	34,00%

16. Contingências

Além dos processos junto à ANEEL, descritos na nota 1, a companhia possui no período findo em 31 de dezembro de 2019 os seguintes processos em andamento a qual a MSG é réu:

<u>Parte</u>	<u>Tipo da Ação</u>	<u>Número do Processo</u>	<u>Probabilidade</u>	<u>Valor da Causa</u>
Ibama	Processo Administrativo	02027.008825/2018-37	Possível	51
Ibama	Processo Administrativo	02027.008826/2018-81	Possível	2.505
Ibama	Processo Administrativo	02027.008828/2018-71	Possível	30
Ibama	Processo Administrativo	02027.008829/2018-15	Possível	30
Ibama	Processo Administrativo	02027.008830/2018-40	Possível	30
Ibama	Processo Administrativo	02027.008831/2018-94	Possível	101
Medral Geotecn. e Amb .Ltda.	Processo Cível - Revisão Contratual	0314440-95.2015.8.19.0001	Provável	493

A companhia possui também outros 13 processos trabalhistas, em que figura como Réu subsidiário, com possibilidade de perda “Remota”, a qual totalizam R\$ 453.

17. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia está composto conforme abaixo:

	<u>31.12.2019</u>			<u>31.12.2018</u>		
	<u>Valor em R\$</u>	<u>Qtde de Ações Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Valor em R\$</u>	<u>Qtde de Ações Ordinárias</u>	<u>%</u>
Copel Geração e Transmissão S.A.	627.803	627.803.100	50,10	496.992	496.992.000	50,10
Furnas Centrais Elétricas S.A.	625.297	625.296.900	49,90	495.008	495.008.000	49,90
Total	<u>1.253.100</u>	<u>1.253.100.000</u>	<u>100,00</u>	<u>992.000</u>	<u>992.000.000</u>	<u>100,00</u>

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Durante o ano de 2019 ocorreram os seguintes aportes de capital:

Data	Furnas	Copel	Total
28/01/2019	39.920	40.080	80.000
24/07/2019	13.074	13.126	26.200
27/09/2019	11.876	11.924	23.800
09/10/2019	28.124	28.236	56.360
07/11/2019	20.279	20.361	40.640
13/12/2019	17.016	17.084	34.100
	<u>130.289</u>	<u>130.811</u>	<u>261.100</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

d) Reserva de retenção de lucros

Serão constituídas reservas para atender as necessidades de investimentos e manutenção do capital de giro da Companhia mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e da absorção de prejuízos acumulados. Essa reserva é suportada por orçamento de capital, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionista.

18. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita Bruta		
Receita de Construção (a)	294.717	443.315
Rendimento sobre ativo de concessão	265.148	211.119
Receita de O&M	697	-
Ajuste da RAP (b)	(1.769)	-
(-) Revisão de premissas (nota 7)	(166.784)	(89.092)
(-) Tributos sobre a receita		
Pis e Cofins s/ faturamento	(684)	-
Pis e Cofins diferidos	(33.708)	(50.751)
Encargos regulatórios	(95)	-
Receita operacional líquida	<u>357.522</u>	<u>514.591</u>

(a) A receita de construção registrada não supera o custo de construção (Nota 17) nos mesmos períodos em decorrência de gastos na construção em volumes superiores àqueles previstos para o mesmo estágio da construção.

(b) Montante referente às diferenças entre a RAP homologada e a RAP faturada, conforme ajustes calculados pela ONS (Antecipação, RBL TLP não devida e indisponibilidades da linha).

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

19. Custo de operação

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Edificações e obras civis	(268.430)	(317.271)
Máquinas e equipamentos	(46.726)	(18.827)
Indenizações nas servidões	(13.568)	(85.101)
A ratear	(4.404)	(18.081)
Outros	(2.168)	(12.295)
Custo de construção (a)	(335.296)	(441.575)
Serviços de terceiros (b)	(14.397)	(533)
Provisão contrato oneroso (nota 11)	(19.896)	-
Total	(369.589)	(442.108)

(a) Os custos da obra reduziram em 2019 conforme andamento final das obras, visto que a SE Santa Barbara já entrou em operação e as demais entrarão ainda em 2020

(b) A principal variação desta conta ocorre devido ao serviço de operação e manutenção executado pela Copel, a qual o montante de R\$ 7.074 foram prestados em 2018, porém a emissão do documento fiscal e pagamento ocorreram somente em 2019.

20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.529	4.784
Outras receitas financeiras	15	327
(-) Tributos sobre receitas financeiras		
Pis	(17)	(32)
Cofins	(104)	(202)
Total de receitas financeiras	2.423	4.877
Juros sobre empréstimos	(87.235)	(75.606)
Juros sobre debêntures	(11.605)	-
Amortização do custo de captação do empréstimo	(1.368)	(1.189)
Amortização do custo de captação das debêntures	(1.150)	(710)
IOF	(179)	(82)
(-) Reversão de IOF (a)	-	13.232
Outras despesas financeiras	(72)	(29)
Total de despesas financeiras	(101.609)	(64.384)
Resultado financeiro	(99.186)	(59.507)

(a) Montante referente ao IOF sobre empréstimos registrado em despesas financeiras em 2017 e reclassificado para o passivo em 2018, onde será amortizado conforme prazo de vigência do contrato com o BNDES.

21. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente, causar degradação ambiental, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa.

Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

22. Instrumentos financeiros

Avaliação dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, financiamentos e empréstimos, apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Em 31 de dezembro de 2019, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos Financeiros	31/12/2019		31/12/2018	
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	637	637	19.568
Títulos e valores mobiliários	-	47.758	47.758	-
Clientes a receber	775	-	775	-
Impostos a recuperar	11.277	-	11.277	10.514
Fundos Vinculados	-	33.114	33.114	-
	12.052	81.509	93.561	30.082

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais exceto quando especificado)

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Passivos Financeiros	31/12/2019			31/12/2018
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Fornecedores	13.858	-	13.858	84.839
Partes relacionadas	855	-	855	65
Salários e encargos	494	-	494	652
Obrigações fiscais	910	-	910	5.002
Empréstimos e financiamentos	1.098.965	-	1.098.965	968.614
Debêntures	202.766	-	202.766	-
	1.317.848	-	1.317.848	1.059.172

Os valores justos das exigibilidades não diferem de forma relevante dos saldos contábeis, sendo os valores ajustados pela provisão de encargos.

23. Eventos subsequentes

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. – MSG, recebeu o os seguintes aportes em 2020:

Data	Furnas	Copel	Total
27/01/2020	12.575	12.625	25.200
28/02/2020	8.782	8.818	17.600
	<u>21.357</u>	<u>21.443</u>	<u>42.800</u>

Entrada em operação

Até junho de 2020 todas as linhas de transmissão estão previstas para entrar em operação conforme datas abaixo:

RAP	LT/SE	%	Previsão de entrada em operação
RAP 2	Compensador Estático de Reativos – CER da SE Itatiba	100%	03/2020
RAP 3	LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba	100%	03/2020
RAP 4	Operação LT Itatiba – Bateias 500 kV	100%	03/2020
RAP 5	LT 500 Kv Araraquara 2 – Fernão Dias, 249 Km e SE Fernão Dias 500/440Kv, 1.200 MVA (1º Banco de Autotransformador + Reserva)	10%	02/2020
		60%	03/2020
		30%	06/2020
RAP 6	SE Fernão Dias 500/440 Kv, 2.400 MVA (2º e 3º Bancos de Autotransformadores)	100%	06/2020

Em 08 de fevereiro de 2020 os 10% da “LT 500 Kv Araraquara 2 – Fernão Dias, 249 Km e SE Fernão Dias 500/440Kv, 1.200 MVA (1º Banco de Autotransformador + Reserva)” entraram em operação comercial, tendo seu primeiro recebimento de RAP neste mesmo mês.

* * *